duação em Educação Especial da UFSCAR.

ALMEIDA, Paulo Nunes. Dinâmica lúdica jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola. 1978.
ANTUNES, C. Jogos para a estimulação das múltiplas Inteligências. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, p.33-44, 2006.

CREPALDI, R. In: ANGOTTI, M. Educação Infantil, para quê, para quem por quê? Campinas: Alínea, 2006.

FRIEDMANN, A. Brincar: crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

GARRIDO, Selma, Evandro Ghedin (orgs.) Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito. Ed. Cortez.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez, 1997.

LOPES, Maria da Glória. Jogos na educação: criar, fazer, jogar. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

RIBEIRO, Katiuce Lucio. SOUZA, Selma Pereira de. Jogos na Educação Infantil. / RUIZ, Maria José Ferreira. O papel social do professor. n. 33, set a dez 2003.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMILIA E O DESENVOLVIMENTO ESCOLAR

ALLAN ITALO DIAS SILVA

RESUMO

O presente trabalho trata da importância da união entre família e escola como um elo forte na base educacional da criança, usando reflexões aliadas a uma coletânea da literatura já existente. Trazendo a família como o primeiro lugar onde iniciam as relações interpessoais e os primeiros aprendizados para a vida, posteriormente, a escola, onde ampliam-se os conhecimentos tanto pedagógicos quanto de mundo, mostrando assim a importância deste tema e trazendo como eixo principal a formação do laço forte desses dois instrumentos, com o intuito de fornecer uma educação integral e de qualidade visando o pleno desenvolvimento do cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Escola; Educação; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work deals with the importance of the union between family and school as a strong link in the educational base of the child, using reflections allied to a collection of existing literature. Bringing the family as the first place where interpersonal relationships and the first learning for life begin, subsequently, the school, where both pedagogical and world knowledge are expanded, thus showing the importance of this theme and bringing as main axis the formation of the strong bond of these two instruments, in order to provide a comprehensive and quality education aimed at the full development of the citizen.

KEYWORDS: Family; School; Education; Development.

INTRODUÇÃO

Os diferentes contextos familiares e sociais, sejam em esferas culturais ou econômicas, estão cada vez mais perceptíveis e, dessa forma, pela configuração múltipla da sociedade é necessário um olhar investigativo acerca dessa questão: quais são as contribuições e influências do contexto familiar e social para a aprendizagem?

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego, 2003). Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Arêas afirma que a função social da escola se dá com o compromisso com a formação do cidadão e da cidadã através do fortalecimento dos valores de solidariedade, compromisso com a transformação dessa sociedade. Portanto, a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Diante do exposto, este levantamento bibliográfico destina-se a oportunidade de ampliar a publicação sobre o tema da relação família-escola no contexto brasileiro, sendo que os ambientes familiar e escolar são descritos como contextos de desenvolvimento humano, ressaltando a importância do estabelecimento de relações apropriadas entre ambos. A primeira seção traz um breve histórico da

escola e sua formação no Brasil e o papel da família desde os primórdios desta instituição. A segunda seção trata da família e da escola como agentes socializadores, enfatizando aspectos relacionados às configurações familiares, à rede social de apoio e aos vínculos familiares, tal como a escola sendo um contexto de desenvolvimento, priorizando uma reflexão sobre sua função social, as suas tarefas e papéis na sociedade contemporânea, especificamente no que diz respeito ao cenário político-pedagógico. A terceira seção traz argumentos na direção de estimular o envolvimento entre a família e a escola e os esforços para melhor compreender essa relação, de modo a assegurar que ambos os contextos sejam espaços efetivos para a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

DESENVOLVIMENTO

A ESCOLA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

Compreender, hoje, a educação no Brasil supõe conhecer sua formação ao longo da história educacional brasileira, que ocorreu com a vinda dos jesuítas, que iniciaram a instauração, no ideário educacional, dos princípios da doutrina religiosa católica, a educação diferenciada pelos sexos e a responsabilidade da família com a educação. Esses princípios sofreram alterações e tiveram de se adequar a nova realidade e necessidade do país. De acordo com Bittar (2012) nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública.

No plano estrutural, o País passava por uma transição caracterizada pela aceleração do modo capitalista de produção devido ao contexto histórico da industrialização e consequentemente da urbanização brasileira que influenciaram o processo de êxodo rural, ampliando o contingente populacional em áreas urbanas, exigindo uma nova reorganização de infraestruturas sobre os territórios dos estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, além da busca por aprimoramento da mão de obra, o que ocasionou transformações superestruturais, notadamente no aparelho escolar. Em termos políticos, o período está compreendido entre dois processos vinculados à transição de um modelo econômico agrário-exportador para industrial-urbano: a Revolução de 1930 e a Intervenção Militar de Estado de 1964. Podemos listar alguns marcos importantes para a história da educação brasileira no período que compreende as décadas de 1930 e 1960, são eles:

Movimento conhecido como Escola Nova – 1932

Reivindicação exposta no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sobre a criação de universidades, previstas como etapa da escolaridade que acolhesse aqueles dentre os que tivessem cursado a escola dos sete aos quinze anos e que demonstrassem talento para o curso universitário.

Constituição Brasileira de 34 – 1934

Nela, o direito à educação, com o corolário da gratuidade e da obrigatoriedade tomou forma legal, além de ter declarado gratuito o ensino primário de quatro anos. A Carta de 1934 consagrou o princípio do direito à educação, que deveria ser ministrada 'pela família' e 'pelos poderes públicos' e o princípio da obrigatoriedade, incluindo entre as normas que deviam ser obedecidas na elaboração do Plano Nacional de Educação, o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos, e a tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário.

Golpe de Estado / Era Vargas – 1937 – 1945

Nova Constituição Brasileira em 1937 que altera mais uma vez alguns pontos para a educação.

Leis Orgânicas do Ensino / Reforma Capanema - 1942-1946 Estabeleceram o ensino técnico-profissional (industrial, comercial, agrícola);

mantiveram o caráter elitista do ensino secundário e incorporaram um sistema paralelo oficial, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - 1951

Vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, com a função de fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico no País.

Tais movimentos e progressos ocorridos na educação brasileira durante o início do Século XX, trouxeram a necessidade de democratizar o ensino em nosso país. Nota-se no contexto dos séculos anteriores que o acesso a educação em nosso país era um privilégio dos mais ricos ou dos nobres ligados a Família Imperial Brasileira.

Famílias mais abastadas tinham o costume, por exemplo, de enviar seus filhos para estudarem em universidades centenárias na Europa, tais como em Lisboa ou Paris, enquanto os mais pobres não se desenvolviam economicamente e intelectualmente, e não possuiam posses suficientes para dar estudos básicos aos seus filhos, já que não era um direito garantido pelo Estado nesse período.

Para Nogueira (2006) esses acontecimentos levaram as modificações

importantes no sistema escolar e os processos de escolarização, sob o peso de fatores como as legislações de extensão da escolaridade obrigatória, as políticas de democratização do acesso ao ensino, a complexificação das redes escolares e a diversificação dos perfis dos estabelecimentos de ensino, as mudanças internas nos currículos, nos princípios e métodos pedagógicos, e todo o funcionamento das instituições escolares que passa a influenciar

intensamente o dia-a-dia das famílias.

Esses acontecimentos marcaram o início da formação e as principais carcterísticas que circundam o modelo que conhecemos de educação pública, o que para Quirino (2015) é um ponto negativo, já que a educação é pensada e formulada por economistas, empresários e reformadores, sem ouvir aqueles que estão mais próximos dessa realidade: os educadores e os alunos.

"...já a partir de inícios do século XX, com o movimento escolanovista, os métodos pedagógicos tradicionais passam a ser questionados e contrapostos às pedagogias centradas no aluno. Tais pedagogias recusam a concepção da criança como um adulto em miniatura e defendem a necessidade de atentar –se para as características próprias da infância e de adaptar-se o ensino à natureza do educando. Essas novas perspectivas encaram o aluno como um elemento ativo do processo de ensino-aprendizagem. Tais princípios que se prolongaram no tempo, revestem-se, nos dias atuais, de uma forte preocupação com a coerência entre os processos educativos que se dão na família e aqueles que se realizam na escola. O que significa que a instituição escolar hodierna deve conceber seu trabalho educativo em conexão com as vivências trazidas de casa pelo educando. Hoje, mais do que nunca, o discurso da escola afirma a necessidade de se observar a família para bem se compreender a criança, assim como para obter uma continuidade entre as ações desses dois agentes educacionais." (Nogueira, 2006)

A FAMÍLIA A ESCOLA E SEUS PAPÉIS NA SOCIEDADE

A partir do nascimento, a criança é inserida num contexto familiar que torna-se responsável pelos cuidados físicos, pelo desenvolvimento psicológico, emocional, moral e cultural e sua inserção na sociedade, segundo De Sousa (2008) o ambiente familiar é o ponto primário da relação direta com seus membros, onde a criança cresce, atua, desenvolve e expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições, a primeira imagem de si mesma e seus primeiros modelos de comportamentos.

A familia e o meio social em que a criança se desenvolve é de suma importância para seu desenvolvimento pessoal, escolar e, mais tarde, profissional. Para Dessen e Polonia (2007) a escola emerge, portanto, como uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para a evolução da sociedade e da humanidade. Como um microssistema da sociedade, ela não apenas reflete as transformações atuais como também tem que lidar com as diferentes demandas do mundo globalizado.

Existem outras definições para o envolvimento parental, no entanto, para os fins desta pesquisa, o termo será utilizado para fazer referência à relação estabelecida entre a família e a escola, entendida como uma parceria efetiva, com potencial para impactar positivamente na escolaridade e no desenvolvimento dos educandos. A própria legislação brasileira, afirma a importância da participação da família na escolaridade dos filhos. Tanto a Constituição Federal (Brasil, 1988) quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), por exemplo, afirma a importância de uma participação da família na vida escolar, agindo juntamente com o Estado para promover a educação.

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (Constituição da República Federativa do Brasil

– Art.205º - Brasil, 1988)

"A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional Nº 9.394 – Art.1º - Brasil, 1996)

Sendo assim não podemos falar em educação integral do ser humano sem citar a importância da participação ativa e efetiva da família, bem como o ambiente escolar bem estruturado e preparado para receber as crianças e desenvolver o currículo acadêmico junto a uma comunidade social participativa e colaborativa nesse processo.

De Sousa (2008) afirma que a família é o primeiro contexto na qual a criança desenvolve padrões de socialização, deste modo, ela se relaciona com todo o conhecimento adquirido durante sua experiência de vida primária que vai refletir na sua vida escolar. Sendo assim, o sucesso da tarefa da escola depende da colaboração familiar ativa.

Segundo Castro, et all. (2009) a relação entre escola e família está presente, de forma compulsória, desde o momento em que a criança é matriculada no estabelecimento de ensino. De maneira direta ou indireta, essa relação continua viva e atuante na intimidade da sala de aula.

Assim, sempre que a escola se perguntar o que fazer para apoiar os professores na relação com os alunos, provavelmente surgirá a necessidade de alguma interação com as famílias. Para Dessen e Polonia (2005) a escola também tem sua parcela de contribuição no desenvolvimento do indivíduo, mais especificamente na aquisição do saber culturalmente organizado e em suas áreas distintas de conhecimento.

FAMÍLIA E ESCOLA: UM ENVOLVIMENTO PROMISSOR

"Questões sobre o envolvimento entre família e escola têm despertado o interesse dos pesquisadores (Bost, Vaughn, Boston, Kazura & O'Neal, 2004; Ferreira & Marturano, 2002), principalmente no que se refere às implicações para o desenvolvimento social e cog-

nitivo do aluno e suas relações com o sucesso escolar. Ao lado disso, são poucas as pesquisas que têm investigado as inter-relações entre os papéis da família e da escola, de modo a oferecer estratégias que promovam o aprimoramento e a ampliação dos modelos de relação entre os dois ambientes. Tais pesquisas requerem uma visão integrada, contextualizada, sistêmica e ampla de tais ambientes, o que nem sempre é possível, quer pela falta de conhecimento do próprio pesquisador, quer pela falta de infra-estrutura para implementar projetos desta natureza." (Dessen e Polonia, 2005)

Mesmo que não haja uma comprovação científica da influência direta da interação entre escola e família na melhoria do aprendizado dos alunos, inúmeras pesquisas no Brasil e no mundo todo têm mostrado que as condições socioeconômicas, as expectativas e a valorização da escola e o reforço da legitimidade dos educadores são fatores que emanam da família e estão altamente relacionados com o desempenho dos alunos. Segundo Libâneo, et all. (2012) a qualidade social da educação precisa considerar tanto os fatores externos (sociais, econômicos, culturais, institucionais, legais) quanto os fatores intraescolares, que afetam o processo de ensino-aprendizagem.

Quando a família e a escola mantêm boas relações, as condições para um melhor aprendizado e desenvolvimento da criança podem ser maximizadas. Assim, pais e professores devem ser estimulados a discutirem e buscarem estratégias conjuntas e específicas ao seu papel, que resultem em novas opções e condições de ajuda mútua (Dessen e Polonia, 2005). A escola deve reconhecer a importância da colaboração dos pais na história e no projeto escolar dos alunos e auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação, na evolução e no sucesso profissional dos filhos e, concomitantemente, na transformação da sociedade.

Um exemplo prático da ccolaboração dos pais com o processo de ensino-aprendizagem é o compromisso com a realização do dever de casa, por exemplo, que de acordo com Carvalho (2004) alguns pesquisadores brasileiros (atrelados à formulação de políticas financiadas pelo Banco Mundial) vêm reproduzindo a lógica da pesquisa e política educacional americana sobre as relações família-escola. As análises dos resultados do SAEB 2001 também apontam o hábito de fazer a lição de casa no rendimento do aluno.

É importante ressaltar que a família e a escola são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele. Para Dessen e Polonia (2007) estudar as relações em cada contexto e entre eles constitui fonte importante de informação, na medida em que permite identificar aspectos ou condições que geram conflitos e ruídos nas comunicações e, conseqüentemente, nos padrões de colaboração entre eles. Nesta direção, é importante observar como a escola e, especificamente, os professores empregam as experiências que os alunos têm em casa.

Face à leitura, é muito importante que a escola conheça e saiba como utilizar as experiências de casa para gerir as competências imprescindíveis ao letramento. A interpretação de textos ou a escrita podem ser estimuladas pelos conhecimentos oriundos de outros contextos, servindo de auxílio à aprendizagem formal.

Nesta corrente, cabe aos sistemas de ensino o estabelecimento de programas e políticas que ajudem as escolas a interagir com as famílias, apoiando assim o processo desenvolvido pelos professores junto aos alunos. Para Oliveira e Marinho- Araújo (2010) para que este desafio seja superado é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da relação família-escola; por esta razão, defende-se a importância de novas investigações que procurem conhecer as práticas que a norteiam e a atuação dos profissionais que nela estão envolvidos, a fim de oportunizar a reflexão e implementação de novas possibilidades de intervenção que promovam mudanças significativas na relação família-escola.

É preciso reconhecer que, de um modo geral, a idéia de parceria entre a família e a instituição escolar já se tornou uma espécie de dogma, de categoria pública positiva de percepção do mundo social que se dissemina rapidamente no espaço social, tendo obtido um amplo sucesso discursivo. Juntamente com o discurso, vimos também que uma série de dispositivos institucionais (campanhas, jornadas, contratos, profissionais especializados etc.) são criados, em geral pelo Estado, com vistas a instaurar e fomentar essa parceria.

Para Soares (2009) ao ponderar a necessidade de uma postura democrática participativa por parte da escola, acredita-se que a solução para tal embate seja atrair a família para a escola através de instrumentos comunicativos que realmente sejam efetivos, que não sirvam somente para informar, mas para coletivizar conhecimentos, onde ambas possam comparar, construir e reformular seus métodos de ensino conseguindo com isto, efetivar suas funções de educadores.

CONCLUSÃO

Do panorama histórico aqui traçado, a conclusão a que se pode chegar é a de que foi mais fácil expandir o sistema educacional brasileiro do que fazê-lo cumprir sua função de promover o processo de ensino-aprendizagem e equidade às crianças, jovens e adultos do nosso país. Trazendo novas Leis, diretrizes, portarias, regras e métodos que substituíram os que já não se adequavam politicamente e culturalmente ao país, sendo assim a escola tem, em sua maior parte, seu papel de acordo com os interesses de classes governamentais e não somente educacionais.

Em suma, a família tem o indispensável e intransferível papel de acolher a criança e promover individuação e pertencimento. É no convívio diário e na convivência contínua que uma criança incorpora seu sobrenome e elege seus modelos. Já a escola deve resgatar, além das disciplinas científicas, as noções de ação política e busca ativa de promoção da cidadania e da construção de um mundo mais eqüi-

tativo.

Neste contexto, a escola deve visar não apenas a apreensão de conteúdo e de normas escolares, mas ir mais além, buscando a formação de um cidadão inserido, crítico e agente de transformação, já que é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das idéias, ideais, crenças e valores, tornando assim o educando o protagonista do precesso de ensino-aprendizagem em diferentes momentos.

Nessa perspectiva, a família tem responsabilidades diante da tarefa educativa que se entrelaçam com as da escola em nível de coordenação, mas que se diferenciam em sua metodologia.

Uma possível forma de estreitar essa relação família-escola no ambiente escolar é através da gestão democrática, onde a família e o educando juntos com a equipe gestora e os educadores, podem inserir novas ideias e sugestões dentro do contexto educacional, respeitando e valorizando o espaço e as opiniões de todo o grupo, sejam elás culturais, ideológicas,sócioeconômicas, étnicas ou religiosas.

A sociedade atual necessita de sujeitos que estejam prontos para aprender o tempo todo, em diferentes ambientes, em casa ou na escola. Diante disso, se a família tem novas responsabilidades, a escola também passa a ter. Sendo assim, nós educadores, temos a tarefa de construir um espaço propício para uma boa convivência às necessárias aprendizagens dos educandos.

Lembrando que o espaço físico e estrutural da residência do educando cumpre parte desse processo de ensino aprendizagem, ter boas condições de infraestruturas como água, energia, internet e materiais didáticos básicos podem facilitar, auxiliar e propiciar o desenvolvimento estudantil.

REFERÊNCIAS

ARÊAS, C. A. A função social da escola. Conferência Nacional da Educação Básica. Portal do MEC.

BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Acta Scientiarum. Education, v. 34, n. 2, p. 157-168,

16 ago. 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497 Acesso em: 23 de abr. 2021.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Capítulo III – DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE – SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO, Art. 205.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 06 de mai. 2021.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Título I – DA EDUCAÇÃO, Art 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 06 de mai. 2021.

CARVALHO, M. E. P. Escola como extensão da família ou família como extensão da escola? O dever de casa e as relações família-escola. Revista Brasileira de Educação. 2004, n. 25, pp. 94-104. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-

24782004000100009>. Acesso em: 05 de jul. 2021

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. Interação escola-família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

DE SOUSA, A. P. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. Revista Iberoamericana de Educación, v. 44, n. 7, p. 1-8, 10 ene. 2008

DESSEN, M. A. e POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. Paidéia (Ribeirão Preto). 2007, v. 17, n. 36, pp. 21-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. Em busca de uma compreensão das relações entre família escola. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 2005, v. 9, n. 2, pp. 303- 312. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-85572005000200012 Acesso em: 28 de mai. 2021

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA, M. A. Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. Educação e Realidade, v. 31, n. 2, 2006, pp. 155-169 Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=317227044010 Acesso em: 27 de jul. 2021.

OLIVEIRA, C. B. E. e MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia (Campinas). 2010, v. 27, n. 1, pp. 99-108. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100012>. Acesso em: 08 de jun. 2021.

QUIRINO, L. N. G. Contribuições e influências do contexto social para a aprendizagem. Instituto de Biociências – UNESP (Rio Claro). 2015 Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128230/000851362.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 09 de jul. 2021

REGO, T. C. Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades, Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

SOUZA, M.E.P. Família-Escola: A importância dessa relação no desempenho escolar.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, 2009. Paraná. Disponível

em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf Acesso em 13 de jun. 2021